



FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIFAP

Adriele Freitas Borges ¹
Elane Pereira Santana ²
Fernanda Lima Bastos ³
Miquelly Pastana Tito Sanches ⁴

RESUMO

Este texto apresenta resultados de uma investigação sobre a Educação Inclusiva na formação inicial dos professores de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, no Curso de licenciatura em Pedagogia ofertados pela Universidade Federal do Amapá. Trata-se de uma análise documental e bibliográfica, utilizando-se como principais fontes as Diretrizes legais e o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC). O objetivo desta pesquisa é identificar se a formação acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá prepara o/a acadêmico/a para a prática pedagógica de Inclusão. A análise do currículo, das ementas delineada nos PPCs permitiu constatar que a Educação Especial e Inclusiva ocupa um espaço restrito na formação inicial de professores/as.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Formação docente, Curso de Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo requer dos professores/as múltiplos saberes e habilidades no trabalho cotidiano escolar, marcado por diferenças, diversidade e inovação. É nesse cenário de desafios educativos do mundo globalizado que, continuamente as identidades docentes se (re) constroem. Diante disso, justifica-se investigar a formação docente e suas implicações para os saberes e as práticas pedagógicas nos contextos escolares.

A educação Inclusiva, concebida como paradigma educacional pautado nos direitos humanos, visa garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas reconhecendo e valorizando a diversidade humana (BRASIL, 2007). Para que tal perspectiva se efetive é

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, dri.freitass01@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, elanepereira731@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, fernandalimabastos1@gmail.com;

⁴ Professora orientadora. Mestra em Educação, Universidade Federal do Amapá - AP, miquellytito@gmail.com.br;



necessário que desde os primeiros momentos de sua formação, o professor esteja ciente do papel que irá desempenhar neste contexto.

[...] hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentes das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social (FREITAS, 2006, p. 176).

Ao partir deste desafio elencado pela autora, esta pesquisa teve como seu objetivo principal identificar se a formação acadêmica dos cursos de pedagogia da Universidade Federal do Amapá prepara o acadêmico para a prática pedagógica de inclusão.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise documental e bibliográfica utilizando-se como principais fontes as Diretrizes legais e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da universidade federal do Amapá. Ao longo do processo investigativo se realizou diálogo teórico-metodológico com as obras de referência no campo da formação de professores, como (Freire, 2001; Libâneo, 2010; Saviani, 2012) Educação Inclusiva (Buenna, 1999; Glat, 2004; Mazzotta, 2005) e o *corpus* documental.

A pesquisa bibliográfica e documental possibilita ao pesquisador/a ampliar a capacidade de leitura, seleção e análise das posições adotadas por diversos autores que abordam a temática e que apresentam argumentos relevantes sobre ela. A pesquisa bibliográfica e documental favorece o exercício acadêmico de comparar, criticar e analisar a maneira como cada autor/a avalia os mesmos fatores e problemas.

A análise foi construída por meio de três categorias de investigação desenvolvidas por Gatti e Barreto (2009) e Veiga, Souza, Rezende e Demis (1997) sobre o Curso de licenciatura:

1. Objetivo do curso de Pedagogia ofertado pela UNIFAP.
2. Perfil do egresso: identidade do pedagogo.
3. Componentes Curriculares pertinentes a Educação Especial e Inclusiva, disciplinas obrigatórias optativas, assim como as respectivas cargas horárias.

A partir da análise dos documentos e do diálogo com a literatura da área, apresentamos uma leitura crítica que visa contribuir para análise acerca da formação inicial dos/as professores/as da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental no tocante à



Educação Inclusiva. A análise deteve-se aos PPCs em vigor no ano de 2020, os PPCs que estão em vigor na unidade do *Campus Marco Zero Macapá* e *campus Oiapoque*, são de 2013. Em 2019 o Curso de Pedagogia da unidade *campus Santana* vivenciava um momento de transição e de readequação do currículo, porém nossa análise se deteve ao PPC de 2014 que também esta em vigor no ano de 2020.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando as exigências engendradas pelo ensino que pretende atingir e favorecer o processo de escolarização de toda a diversidade de alunos/as, é urgente o redirecionamento do modelo de formação de professores/as.

A formação inicial deve amenizar o descompasso existente entre os princípios teóricos propostos pela pedagogia inclusiva e sua materialização nas escolas e nas salas de aula. A atuação docente não mais pode se pautar prioritariamente na transmissão de conhecimento e deve passa a ser mais diversificada, criativa e complexa a fim de abranger diferentes alunos com condições também diversificadas de aprendizagem. Cabe então, aos cursos de formação inicial de professores/as uma proposta pedagógica direcionada à diversidade, afinal, “[...] a universidade é um lugar onde os valores e práticas de educação inclusiva precisam ser vivenciadas” (CASTANHO; FREITAS, 2005, p. 85).

A formação do/a professor/a constitui-se no elemento-chave capaz de viabilizar a implementação de uma escola que se pauta na equidade, no trabalho colaborativo, na solidariedade, na interdisciplinaridade, na criatividade e no uso de recursos, estratégias e metodologias diversificadas. Sobre essa questão, Portelinha e Baseggio (2005, p. 67) acrescentam que “[...] a formação de professores de todos os níveis necessita de coerência com a política educacional maior que preconiza a integração/ inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise comparativa dos documentos utilizados na pesquisa e do diálogo com a literatura da área, apresentamos uma leitura crítica que visa contribuir para a análise acerca da formação inicial de professores/as da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental no tocante à Educação Especial/Inclusiva.

O quadro 1 a seguir, apresenta as três unidades de oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, são elas: UNIFAP/ *Campus Macapá*, UNIFAP/*Campus Oiapoque* e UNIFAP/*Campus*



Santana. A análise deteve-se aos PPCs em vigor no ano de 2020 dos respectivos *Campus* da Universidade Federal do Amapá.

Quadro 1 - Componentes Curriculares (CC) relacionados a Educação Inclusiva nos PPCs de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá, em vigor no ano de 2020.

Índice	UF	Componentes Curricular	Período	Carga horária
1	UNIFAP <i>Campus Macapá</i>	Língua Brasileira de Sinais.	2º período	75
		Educação Inclusiva para a PNEE.	4º período	75
2	UNIFAP <i>Campus Oiapoque</i>	Educação Inclusiva para PNEE.	6º período	75
		Língua Brasileira de Sinais.	6º período	75
		Braile	6º período	75
		Avaliação e Intervenção Pedagógica para PNEE.	6º período	75
3	UNIFAP <i>Campus Santana</i>	Língua Brasileira de Sinais.	7º período	60
		Educação Inclusiva para a PNEE.	7º período	60

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos PPCs publicados pela Universidade investigada.

No que se refere aos objetivos da Licenciatura em Pedagogia a unidade UNIFAP/*Campus Macapá* e UNIFAP/*Campus Santana* destacam em seu objetivo geral a formação do pedagogo/a para atuar na docência em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na administração, no planejamento, na inspeção, na supervisão e na orientação educacional para a Educação Básica. No que se refere Educação Inclusiva a unidade destaca nos objetivos específicos, suscitar o processo de inclusão social como valorização dos indivíduos e superação dos preconceitos historicamente construídos, numa perspectiva de superação do processo discriminatório em todas suas vertentes.

A unidade UNIFAP/*Campus Oiapoque* destaca em seu objetivo geral a formação do pedagogo/a para atuar na docência em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na administração, no planejamento, na inspeção, na supervisão e na orientação educacional para a Educação Básica, no que se refere a Educação Inclusiva, destaca a valorização a diversidade, respeitando a natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, de classes, de religião, de necessidades especiais dentre outras.

Segundo as diretrizes curriculares, homologadas em 2006, o objetivo do Curso de Pedagogia passou a ser, primordialmente, a formação docente indissociável da formação para



ensino, pesquisa e gestão. Observa-se que a instituição investigada têm seus objetivos ancorados na LDB e nas DCN vigentes.

Pertinente ao perfil do egresso observa-se que todas as unidades destacam a formação profissional para atuar na docência, em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na administração, no planejamento, na supervisão e na orientação educacional para a Educação Básica, observa-se que os PPCs investigados não fazem menção textual à Educação Inclusiva e nem à Educação Especial ao se referir ao perfil do egresso. Deimling e Caiado (2012) afirmam que, embora seja necessário considerar a legislação vigente pertinente a formação do/a pedagogo/a, é preciso ir além do que é determinado para que sejam formados professores/as preparados para lecionar em um sistema efetivamente inclusivo.

Observa-se que a universidade investigada nos respectivos *Campus* apresentados possui componente relacionado à Língua Brasileira de Sinais de forma obrigatória, em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, que reconhece Libras como língua oficial no país, para que seja ministrada em cursos comuns e universidades como disciplinas obrigatórias em todos os cursos de ensino Superior de licenciatura.

No que se refere ao *Campus* Marco Zero em Macapá-AP, oferece ao longo do Curso de Pedagogia duas disciplinas relacionadas à formação para a docência com crianças com necessidades especiais, sendo uma no 2º período e a outra no 4º período do curso. Não se localizou no plano pedagógico a forma como é implantada a carga horária prática, uma vez que não há previsão de um estágio específico na área. No que se refere à educação de pessoas com deficiência visual não encontramos disciplinas que aborde o estudo do “Código Braille”.

Outro ponto a sublinhar é a baixa atenção dispensada pelo Curso aos/as alunos/as com altas habilidades e superdotação. O tema não é abordado no ementário do Curso. Para tanto, esse dado representa uma lacuna que deve ser repensada, pois há uma demanda significativa de crianças com altas habilidades que devem ter o direito de aprender assegurado nas redes públicas e privadas de ensino.

Quanto ao *Campus* de Oiapoque/Binacional, o mesmo oferece ao longo do Curso quatro componentes curriculares relacionados à Educação Especial e Inclusiva, dentre eles estão a Educação Inclusiva para PNEE, Língua Brasileira de Sinais, Braille e Avaliação e Intervenção Pedagógica para PNEE todas são ministradas no 6º período. Nesse sentido, o campus tem um diferencial pois, além de oportunizar a prática através da intervenção pedagógica, o quantitativo de disciplinas relacionadas a Educação Especial e Inclusiva é significativa.



O *Campus Santana*, por fim, oferece ao longo do Curso de Pedagogia duas disciplinas relacionadas à formação para a docência com crianças com necessidades especiais, sendo ambas no 7º período do Curso. Não se localizou no plano pedagógico a forma como é implantada a carga horária prática. No que se refere à educação de pessoas com deficiência visual não há achados de disciplinas que aborde o estudo do “Código Braille”, por exemplo.

A análise do currículo, das ementas delineada nos PPCs nos permitiu constatar que a Educação Especial e Inclusiva ocupa um espaço restrito na formação inicial. Para tanto, Identificamos que das 51 disciplinas ofertadas pelo Curso de Pedagogia do *Campus Marco Zero* em Macapá, apenas 2 referem-se a Educação Inclusiva. A unidade UNIFAP/ *Campus Oiapoque* oferta ao longo do Curso 52 disciplinas, sendo 4 disciplinas relacionadas a Educação Inclusiva. A unidade UNIFAP/*Campus Santana*, por sua vez, apresenta em seu plano pedagógico 54 disciplinas, sendo duas relacionadas a Educação Inclusiva.

Certamente não basta a universidade oferecer disciplinas teóricas sobre a Educação Inclusiva. No entanto, como afirma Deimling (2013);

Assim, pensamos ser importante que o professor polivalente, responsável pela sala regular de ensino, adquira em sua formação inicial uma base teórica sólida sobre as diferentes áreas de atuação da educação escolar, dentre elas os conhecimentos sobre as características das crianças com necessidades educativas especiais e seu processo de ensino e aprendizagem, a fim de que ele seja capaz, na prática, de contribuir para o sucesso no processo de aprendizagem desse aluno (DEIMLING, 2013, p. 246).

Por outro lado, não se pode jogar todo o peso e a responsabilidade na formação inicial. Ressalta-se, assim, a importância da formação contínua e dos saberes experiências, visto que “os professores, em sua ação pedagógica, mobilizam e se apoiam em uma serie de saberes provenientes de diferentes fontes” (DEIMLING, 2013, p. 246).

Outra questão observada é: o ensino da Educação Especial e Inclusiva nos Cursos de Pedagogia atende as exigências normativas, mas ocupa um espaço restrito nos PPCs dos Cursos de formação de professores/as ofertados pela Universidade Federal do Amapá, tendo em vista as especificidades do trabalho docente e os desafios enfrentados pelos/as professores/as polivalentes no cotidiano escolar.

Ao se referir à atenção aos/as alunos/as público-alvo da Educação Especial, a resolução nº 1/2006 reconheceu a importância da formação inicial e do oferecimento pelo Curso de Pedagogia de uma base sólida relacionada ao processo de ensino-aprendizagem dessas crianças.



A análise, neste estudo, evidenciou que o ensino da Educação Inclusiva como componente curricular apresenta diversas abordagens. No entanto, em comum, apresenta o fato de os Cursos priorizarem a parte teórica com foco na Educação Inclusiva e na formação dos profissionais para lidar com a diversidade. As análises tecidas, destacam no PPC do Curso ofertado pelo Campus/Oiapoque que há um componente curricular específico para a intervenção pedagógica para PNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou identificar se a formação acadêmica dos Cursos de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá prepara o/a acadêmico/a para a prática pedagógica de inclusão. Após a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) da UNIFAP/*Campus* Macapá, *Campus* Oiapoque e *Campus* Santana., constatou-se que, embora sejam atendidas as demandas legais quanto a abordagem da educação inclusiva no Curso pesquisado, ainda se fazem necessárias adequações na sua organização para promover experiências efetivamente inclusivas, no âmbito teórico e prático, que consolidem esta perspectiva em todas as etapas de formação inicial do/a professor/a.

Acredita-se que não basta apenas integrar o/a aluno/a com necessidades educativas especiais na escola regular, é necessário incluí-lo de fato; reconhecer as diferenças e respeitar suas necessidades individuais; de modo a promover a diminuição das desigualdades sociais e a ampliação das oportunidades. De acordo com Sasaki (1997), a inclusão social é um processo necessário para a transformação da sociedade para todas as pessoas.

Nessa perspectiva, as instituições de Ensino Superior, como lugares de excelência têm o papel de orientar a formação dos/as profissionais que irão atuar na educação escolar para alcançar os objetivos de formação de educadores/as comprometidos/as com o sistema educacional inclusivo. Faz-se necessário ir além do que determina a legislação em vigor, pois apenas o conhecimento e o respeito à diversidade, à educação inclusiva em uma perspectiva geral não são suficientes para uma formação que possibilite de fato a inclusão.

Para possibilitar uma maior vivência dos/as futuros/as professores/as com a realidade da educação inclusiva, emerge a necessidade de uma reconstrução na organização do estágio curricular e/ou das disciplinas que já figuram ementas inclusivas, de modo a deixar expressadamente a aproximação com o público da educação inclusivo. Para que este direcione os/as estudantes ao contato com toda diversidade de alunos com os quais irão atuar depois de



formados, inclusive aqueles com dificuldades de aprendizagem ou mesmo os que são público-alvo da educação especial.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Santa Maria, v. 3, nº 5, p. 7-25, 1999.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 20 Out. de 2020.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, n. 27, p. 85-92, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a6.htm>> . Acesso em: 4 Out. 2020.

DEIMLING, N. N. M., & Caiado, K.R.M. **Formação de professores para a educação inclusiva nos curso de pedagogia das universidades públicas paulistas**. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 15, nº 3, p. 51-64, set./dez. 2012.

DEIMLING, N.N. M. **A educação especial nos cursos de pedagogia**: considerações sobre a formação de professores. *Educação UNISINOS*, v. 17, n.3, p. 238-249, set/dez. 2013

FREIRE, P. **Carta de Paulo Freire aos professores**. *Estudos avançados*, v.15, n 42, p. 259-268. 2001.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. *In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus. 2006.

GATTI, B. A., & Barretto, E. S. S. (Coord). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO. 2009.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sete Letras. 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê**. São Paulo: Cortez.2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 2005

PORTELINHA, A. M. S.; BASEGGIO, D. C. Formação de professores na perspectiva da inclusão. *In: PINHEIRO, A.S. et al. (Org.). Educação, currículo, ensino e formação de professores*. Francisco Beltrão: Calgan,v. 1, p. 51-70. 2005



Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 20 de out. 2020.

SAVIANI. D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados. 2012.

SASSAK. R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA. 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. (2013). **Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia.** Macapá: UNIFAP, 2013. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/pedagogia/projeto-do-curso-de-pedagogia/>>. Acesso em: 24 de out. 2020.

VEIGA, I. P. A., Souza, J. V. de, Rezende, L. M. G. & Damis, O.T. **Licenciatura em Pedagogia: realidade, incertezas e utopias.** Campinas, SP: Papirus.1997.